CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

Relatório de Gestão e Contas

2012

Ponta Delgada

19 De Março de 2013

Índice

I - Relatório de gestão

II - Balanço

III - Demonstração dos resultados por naturezas

IV - Demonstração das variações no capital próprio

V - Demonstração dos fluxos de caixa

VI - Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII - Certificação Legal de Contas

I - Relatório de Gestão

Relatório do Conselho de Administração

1. Caracterização do meio envolvente

As projeções do Banco de Portugal apontam para uma contração da economia portuguesa em 2012, de -3.2% do PIB e em 2013 de – 1,9% do PIB. Esta evolução implicará uma redução acumulada do produto interno bruto de 7.4 por cento durante o período recessivo de 2009-2013. Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos.

As perspetivas para a economia portuguesa em 2013 e 2014 continuam a ser marcadas pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário.

O ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, que está a ter um impacto recessivo inevitável e antecipado, tornou-se particularmente exigente num enquadramento internacional marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 e que só deverá reverter em 2014. Um dos sinais mais visíveis do ajustamento tem consistido na correção rápida do desequilíbrio externo que, ao longo do dos próximos anos, se deverá materializar em excedentes muito significativos da balança corrente e de capital. A redução dos elevados níveis de endividamento externo da economia portuguesa para níveis sustentáveis implica a manutenção destes excedentes por um período prolongado. Tal só será possível num contexto em que as reformas estruturais, destinadas a promover uma afetação mais eficiente dos recursos,

permitam um aumento da produtividade dos fatores, do produto potencial e do rendimento dos agentes residentes.

O grande desafio com que Portugal está confrontado neste momento é o de promover o desenvolvimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas nos mercados de trabalho e do produto, o aumento da eficiência do sistema judicial e a redefinição do papel do Estado são fatores fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá crescimento sustentável, mas acima de tudo não existirá desenvolvimento económico. O esforço e os recursos despendidos com políticas de apoio à criação de emprego só terão sucesso se os entraves ao investimento forem removidos. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes económicos e sociais para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção do consenso institucional e da coesão social.

2. - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A CIDADE EM ACÇÃO, S.A. pessoa colectiva com o número 512.088.845, com sede na Rua Azores Parque nº 102, Pavilhão 2.1, 9500 -794 Ponta Delgada, teve o seu início de actividade em Fevereiro de 2006, tendo como objecto a concepção e construção do futuro Parque Urbano de Ponta Delgada, localizado a norte da 2ª Circular de Ponta Delgada, confinado entre o Caminho da Levada e o Caminho do Pico do Funcho.

Este projecto foi iniciado e desenvolvido no âmbito de uma Parceira Público-Privada entre a então empresa Municipal Acção PDL, E.M. e um conjunto de privados, seleccionados para tal por concurso público. Entretanto, esta parceria desfez-se, tendo a Acção PDL, E.M., adquirido a participação dos privados no capital da CIDADE EM ACÇÃO, S.A..

Na prossecução do seu objecto social, a sociedade concretizou o Parque Urbano, encontrando-se este Equipamento Colectivo já edificado na referida área, mostrando já nesta fase a sua mais-valia para o bem-estar da população local, estando já em

funcionamento o Driving Range e o restaurante do Clube House em regime de concessão a privados.

O Parque Urbano de Ponta Delgada, desenvolve-se numa área de 20,2 hectares, o que lhe confere uma dimensão única e ímpar no panorama regional.

O Parque apresenta circuitos de manutenção e de circulação pedonal em toda a sua extensão. Existem cerca de 60 diferentes espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, que se traduzem na plantação de mais de 20.000 unidades no respectivo perímetro.

Desde a sua concepção, foi preocupação dominante a inserção do Parque Urbano no espaço natural da ilha e o aproveitamento dos materiais locais para a sua construção.

O projecto reflectiu a preocupação de criar algo de novo no contexto regional, com compartimentos definidos e movimentos na relação entre eles, de forma a conferir ao Parque Urbano uma diversidade de unidades de relevo contrastantes; daí que a modulação do terreno realizada no Parque contraste com a sua pendente original, estando orientada para sul com uma inclinação na ordem dos 5 a 10%.

Ainda não foi possível em 2012 encerrar o processo de aquisição de todos os terrenos, que está pendente de alguns processos de expropriação a decorrer em tribunal.

Em 31 de Dezembro de 2012, a divida de médio e longo prazo era de 15,205 milhões de euros, tendo-se já procedido ao pagamento da 6 prestações semestrais.

- Estrutura Societária - Situação a 31 de Dezembro de 2012

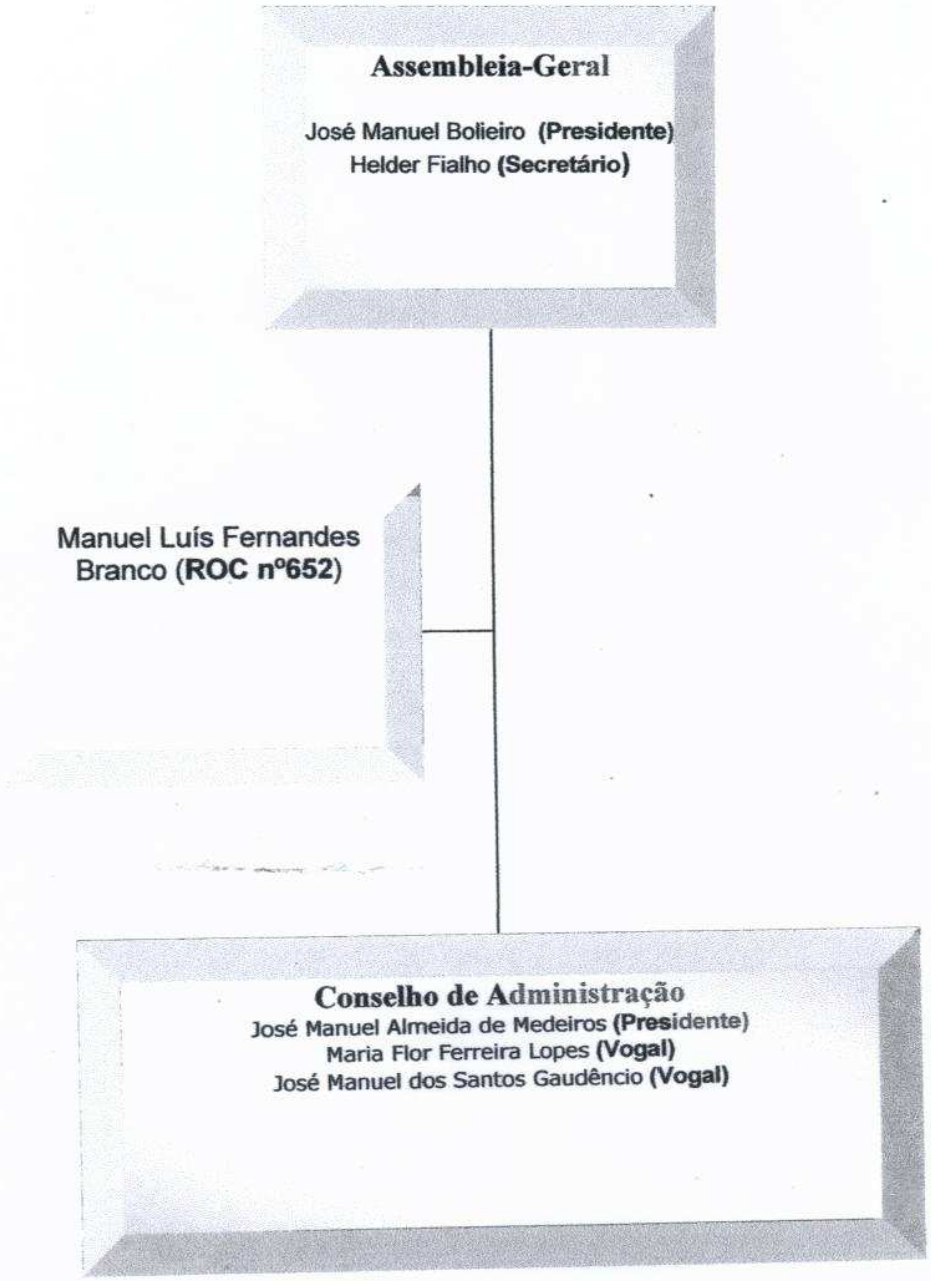
O capital social da empresa é de 103.319,00 €, representado por 103.319 acções de 1 Euro cada, subscrito do seguinte modo:

Estrutura Accionista

Entidade	Acções	Valor	Percentagem
Camara Municipal de Ponta Delgada	103.319	103.319,00 €	100%

À data do presente relatório, todo o capital da Sociedade encontra-se realizado.

A Cidade em Acção, S.A. a 31 de Dezembro de 2012 tinha a seguinte estrutura organizacional:



Ao nível de recursos humanos, a sociedade contava no seu quadro em 31 de Dezembro de 2012 com 10 trabalhadores, incluindo um Director Geral que exerce, desenvolve e implementa toda a actividade operacional da empresa, assessorado em termos de secretariado por uma técnica superior. Trata-se efectivamente de uma estrutura ligeira e minimalista em termos operacionais.

Durante o ano de 2012, foram admitidos 3 funcionários (com funções de jardineiros).

Assim, na área da manutenção e conservação do Parque urbano estão adstritos, 7 operacionais e um chefe de jardinagem, o que significa que para uma área de 200.000 m2, um rácio de 29.000 m2 para cada uma dos operacionais de jardinagem, obrigando a um alto rendimento na operacionalização de todas as operações para que o Parque Urbano se apresente nas perfeitas condições de utilização e limpeza.

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne mensalmente para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre toda a actividade da empresa.

2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2012 e até á presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2012.

3 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A evolução do funcionamento da cidade em Acão S.A. irá manter-se nos mesmos moldes do funcionamento actual.

4 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- Procedeu-se ao cálculo das Amortizações e Reintegrações às taxas do Decreto Regulamentar nº25/2009, apurando-se neste exercício o valor de 28.329,63 euros.

- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2012, situou-se nos 15 milhões de euros.
- Os encargos financeiros totalizaram 510 mil euros.
- Os custos de funcionamento operacionais da empresa em 2012 totalizaram 365 mil de euros.
- O ativo não corrente a 31 de Dezembro de 2012 totalizava os 14,725 milhões de euros.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 um resultado líquido de 26.211,05 euros.

É garantido no exercício de 2012 o equilíbrio das contas da sociedade nos termos definido no artigo 40° n°1 da lei 50/2012, de 31 de Agosto.

É proposta pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício da seguinte forma:

- Resultados transitados 23.211,05 euros;
- Reservas legais 3.000,00 euros

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram

Ponta Delgada, 19 de Março de 2013

O Conselho de Administração

Eng. José Manuel Almeida De Medeiros

Dra. Maria Flor Ferreira Lopes

Dr. Jose Manuel dos Santos Gaudêncio

II - Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	NOTAS	31.12.2012	31.12.2011 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	176.497,88	171.102,55
Outros ativos financeiros	8	14.549.039,25	15.009.768,11
Ativos por impostos diferidos		-	-
		14.725.537,13	15.180.870,66
Activo corrente			
Inventários		-	-
Clientes	9	166.069,22	13.171,88
Estado e outros entes públicos	10	6.190,69	25.464,54
Outras contas a receber	9	28,86	-
Diferimentos	11	3.454,18	2.430,88
Outros ativos financeiros	8	537.142,86	629.323,10
Caixa e depósitos bancários	4	20.944,02	38.293,08
		733.829,83	708.683,48
Total do activo		15.459.366,96	15.889.554,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 12	103.319,00	103.319,00
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Reservas	12	3.686,14	815,14
Resultados transitados	12	45.159,86	44.163,46
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no capital próprio		-	-
		152.165,00	148.297,60
Resultado líquido do período		26.211,05	3.867,40
Total do capital próprio	12	178.376,05	152.165,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	13	14.651.428,56	15.188.571,42
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
		14.651.428,56	15.188.571,42
Passivo corrente			
Fornecedores	14	8.425,54	1.328,06
Adiantamentos a clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	10	24.340,34	-
Financiamentos obtidos	13	554.075,92	518.932,42
Outras contas a pagar	14	42.720,55	28.557,24
Diferimentos	11	-	-
		629.562,35	548.817,72
Total do passivo		15.280.990,91	15.737.389,14
Total do capital próprio e do passivo		15.459.366,96	15.889.554,14

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

III - Demonstração dos resultados

CIDADE EM ACÇÃO
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	15	900.405,71	778.078,90
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Subsídios à exploração		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	16	(160.362,18)	(81.174,62)
Gastos com o pessoal	17	(157.952,30)	(135.504,90)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	18	8.122,66	17.172,44
Outros gastos e perdas	19	(18.573,20)	(7.730,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		571.640,69	570.841,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(28.329,63)	(18.105,11)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		543.311,06	552.736,14
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	20	(510.305,94)	(547.731,42)
Resultado antes de impostos		33.005,12	5.004,72
Imposto sobre o rendimento do período	10	(6.794,07)	(1.137,32)
Resultado líquido do período		26.211,05	3.867,40

IV - Demonstração das variações no capital próprio

CIDADE EM ACÇÃO
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									
		Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
A 1 de Janeiro de 2011		103.319,00	0,00	0,00	0,00	(349,60)	0,00	0,00	0,00	8.151,37	111.120,77
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	2	0,00	0,00	0,00	0,00	37.176,83	0,00	0,00	0,00	0,00	37.176,83
Aplicação dos resultados de 2010		0,00	0,00	815,14	0,00	7.336,23	0,00	0,00	0,00	(8.151,37)	0,00
Excedentes de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	815,14	0,00	44.513,06	0,00	0,00	0,00	(8.151,37)	37.176,83
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									0,00	3.867,40	3.867,40
RESULTADO INTEGRAL									0,00	3.867,40	3.867,40
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2011		103.319,00	0,00	815,14	0,00	44.163,46	0,00	0,00	0,00	3.867,40	152.165,00
A 1 de Janeiro de 2012		103.319,00	0,00	815,14	0,00	44.163,46	0,00	0,00	0,00	3.867,40	152.165,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2011		0,00	0,00	2.871,00	0,00	996,40	0,00	0,00	0,00	(3.867,40)	0,00
Excedentes de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	2.871,00	0,00	996,40	0,00	0,00	0,00	(3.867,40)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									0,00	26.211,05	26.211,05
RESULTADO INTEGRAL									0,00	26.211,05	26.211,05
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2012		103.319,00	0,00	3.686,14	0,00	45.159,86	0,00	0,00	0,00	26.211,05	178.376,05

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

V - Demonstração dos fluxos de caixa

CIDADE EM ACÇÃO
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

RUBRICAS	NOTAS	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4.529,21	29.017,06
Pagamentos a fornecedores		(311.107,13)	(244.505,10)
Pagamentos ao pessoal		(146.671,40)	(142.246,49)
Caixa gerada pelas operações		(453.249,32)	(357.734,53)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(429,44)	(752,45)
Outros recebimentos/(pagamentos)	8	1.435.846,45	1.790.968,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais		982.167,69	1.432.482,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:		0,00	0,00
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		81.000,00	55.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		(568.345,20)	(684.713,00)
Juros e gastos similares		(512.171,55)	(784.941,78)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(999.516,75)	(1.414.654,78)
Variação de caixa e seus equivalentes		(17.349,06)	17.827,22
Caixa e seus equivalentes no início do período		38.293,08	20.465,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	20.944,02	38.293,08

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

VI - Anexo às demonstrações financeiras

Anexo às demonstrações financeiras exercício de 2012 e 2011

1. Introdução

A **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.**, adiante designada CIDADE EM ACÇÃO, tem por objeto social a promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de equipamentos urbanos, na prestação de serviços de planeamento, arquitetura, engenharia, e gestão, bem como a prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento dos equipamentos urbanos.
O objeto social da CIDADE EM ACÇÃO, já aprovado e ainda não registado, será a partir de 2013, o seguinte;
A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura e desporto, bem como a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano da cidade de Ponta Delgada sob a responsabilidade municipal.

A CIDADE EM ACÇÃO rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições previstas para o setor empresarial municipal, nomeadamente pela lei 50/2012 de 31 de Agosto e pelo código da contratação pública.

A CIDADE EM ACÇÃO, como proprietária plena dos terrenos onde está edificado o Parque Urbano e as respetivas infra-estruturas complementares, manterá a sua administração e exploração nos termos e condições de viabilidade económica e financeira que se considerarem mais consentâneas com a natureza pública deste empreendimento, assumindo o acionista Câmara Municipal de Ponta Delgada o pagamento de uma quantia variável anual de acordo com as necessidades de financiamento dos fluxos financeiros operacionais e de financiamento anuais independente da sua utilização e que garanta a manutenção do seu equilíbrio operacional anual.

A CIDADE EM ACÇÃO foi constituída em 16 de Dezembro de 2005, com um capital social de 50.000 euros, então detido pela empresa municipal ACÇÃO PDL – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social, E.M., sociedade que era detida exclusivamente pela Câmara Municipal de Ponta Delgada que entretanto foi incorporada através de uma fusão com a consequente transferência do património, observando-se os valores contabilísticos apurados em 31 de Agosto de 2010. Os ativos e passivos que foram integrados na esfera patrimonial da CIDADE EM ACÇÃO à data da fusão deram uma origem a uma diferença de 53.319 euros que foi incorporada no capital social da CIDADE EM ACÇÃO, capital social que ficou integralmente na posse da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que era também a detentora da totalidade do capital social da sociedade incorporada que se extinguiu naquele processo de fusão.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2010 e baseadas na estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Até 31 de Dezembro de 2011, a CIDADE EM ACÇÃO elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras que não tiveram em consideração a aplicação da IFRIC 12 que tornou-se obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2010, com efeitos retrospetivos. Embora esta norma proporcione orientações na contabilização de acordos de concessão de serviços pelos concessionários em acordos de concessão público-privados, a Administração considera que, no âmbito da sua atuação respeitante à construção, administração e exploração do Parque Urbano, as condições definidas permitem a sua aplicação por analogia. Em conformidade com essa interpretação, as regras aplicam-se aos acordos de concessão de serviços sempre que a entidade concedente controla ou regulamenta os serviços que o concessionário deve prestar com as infraestruturas, a quem os deve prestar e a que preço e controla qualquer interesse residual significativo nas infraestruturas no final da vigência do acordo, através da propriedade, de direitos de beneficiário ou de outro modo.

A fase de construção e a fase de operacionalização são contabilizadas de forma autónoma e com as correspondentes consequências na determinação do rédito. Assim, a contabilização do rédito e dos gastos relativos aos serviços de construção é de acordo com as regras estabelecidas para os contratos de construção e a retribuição recebida ou a receber pela CIDADE EM ACÇÃO deverá ser reconhecida pelo seu justo valor e corresponderá a direitos sobre um ativo financeiro, por ser independente da utilização da infraestrutura.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso da CIDADE EM ACÇÃO em particular, a interpretação efetuada pelo International Accounting Standards Board ("IASB") relativamente a esta temática e assim o balanço em 31 de Dezembro de 2011 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com essa interpretação. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de Janeiro de 2011, foram registados em resultados transitados no montante de 37.177 euros, conforme estabelecido na NCRF 3 e são apresentadas abaixo.

No balanço

	2011	Ajustamentos	2011 (reexpresso)
Ativos fixos tangíveis	16.621.635,99	(16.450.533,44)	171.102,55
Outros ativos financeiros	-	15.639.091,21	15.639.091,21
		(811.442,23)	
Resultados transitados	(17.858,18)	62.021,64	44.163,46
Outras variações no capital próprio	687.381,43	(687.381,43)	-
Resultado líquido do período	28.712,21	(24.844,81)	3.867,40
Passivos por impostos diferidos	161.237,63	(161.237,63)	-
		(811.442,23)	

Na demonstração dos resultados

	2011	Ajustamentos	2011 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	321.788,65	456.290,25	778.078,90
Outros rendimentos e ganhos	147.934,62	(130.762,18)	17.172,44
Gastos de depreciação	(130.762,18)	112.657,07	(18.105,11)
Juros e rendimentos similares obtidos	438.185,14	(438.185,14)	-
Imposto sobre o rendimento do período	23.707,49	(24.844,81)	(1.137,32)
		(24.844,81)	

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos e dos encargos de estrutura diretamente relacionados com a construção e desenvolvimento de ativos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses ativos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	Anos
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos ativos fixos tangíveis que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(e) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(f) Outras contas a receber e a pagar

As outras contas a receber e a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a receber e a pagar são classificadas no ativo corrente e passivo corrente, exceto se a realização ou liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(i) Subsídios governamentais e outros

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(j) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(k) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(l) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expetativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(n) Rédito

O rédito no âmbito do campo de atuação de natureza pública que compreende a construção, manutenção, administração e exploração do Parque Urbano e de outros equipamentos municipais e as respetivas infra-estruturas complementares é assegurado por receitas próprias e pelo Município através pagamento de uma quantia variável anual baseada nas necessidades mínimas de financiamento dos fluxos financeiros operacionais, de investimento e de financiamento, assumindo a natureza de compensação dos gastos não diretamente suportados pelos seus utilizadores e independente da sua utilização. O rédito assume uma relação variável com os serviços de construção, de exploração e manutenção incorridos e os correspondentes gastos de financiamento associados a esses serviços.

(o) Contratos de construção

Os gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato de construção na data de relato, quando possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato. Em caso de não ser fiável a estimativa do resultado do contrato de construção, o rédito é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato que se espera recuperar e que são reconhecidos no período em que a são incorridos.

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos relativos aos contratos de construção é adotado o método da percentagem de acabamento, através do qual os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da percentagem de acabamento da obra no final de cada período, determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados nas obras.

As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas na rubrica de outros ativos financeiros ou diferimentos consoante a natureza da diferença. À data do balanço é constituída uma provisão para a perdas estimadas nos contratos de construção em curso.

(p) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(q) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principias estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Numerário	200	200
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20.744	38.093
	20.944	38.293

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2011, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

7. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, compreendem:

O movimento do ano dos ativos fixos tangíveis em curso tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2012			
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2012
Custo:				
Edificios e outras construções	32.953	13.387	-	46.340
Equipamento básico	164.453	17.823	-	182.276
Equipamento administrativo	5.183	465	-	5.648
Outros activos tangíveis fixos	3.129	2.050	-	5.179
	205.718	33.725	-	239.443
Depreciações acumuladas				
Edificios e outras construções	56	1.500		1.556
Equipamento básico	30.498	25.165	-	55.663
Equipamento administrativo	3.853	893	-	4.746
Outros activos fixos tangíveis	209	772		981
	34.616	28.330	-	62.945
Valor líquido	171.103			176.498

	31 de Dezembro de 2011			
	Saldo em 01-01-2011	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2011
Custo:				
Edifícios e outras construções	-	32.953	-	32.953
Equipamento básico	111.108	53.345	-	164.453
Equipamento administrativo	4.533	650	-	5.183
Outros activos tangíveis fixos	-	3.129	-	3.129
	115.642	90.076	-	205.718
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	-	56	-	56
Equipamento básico	13.378	17.120	-	30.498
Equipamento administrativo	3.132	721	-	3.853
Outros activos fixos tangiveis	-	209	-	209
	16.510	18.105	-	34.616
Valor líquido	99.131			171.103

8. Outros ativos financeiros

Em conformidade com estabelecido com o acionista único, a CIDADE EM ACÇÃO será remunerada de acordo com as ações que desenvolva na manutenção e exploração de equipamentos urbanos de interesse municipal, bem como na prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento desses equipamentos. A remuneração não é variável com base em qualquer pressuposto quantitativo do grau de utilização desses equipamentos e está estabelecida para financiar todos os gastos operativos e financeiros associados à manutenção, exploração e administração desses equipamentos de natureza diversa. O movimento nesta rubrica pode ser assim detalhado:

	2012	2011
Saldo inicial	15.639.091	16.571.367
Aquisições de terrenos	86.414	29.000
Rédito do ano (Nota 15)	900.406	778.079
Parque da Avenida	398.572	291.042
Recebimentos no ano	(1.938.300)	(2.130.397)
	15.086.183	15.539.091
Corrente	537.143	629.323
Não corrente	14.549.040	15.009.768
	15.086.183	15.639.091

A classificação do saldo em termos de realização está em consonância com o contrato de financiamento bancário por as condições remuneratórias estabelecidas com o acionista único garantem a cobertura das necessidades operacionais e de financiamento que naturalmente têm subjacente as prestações de capital do financiamento bancário associado aos serviços de construção.

Os meios financeiros anuais relativos aos compromissos assumidos com a construção e gestão do parque de estacionamento da Avenida Infante D. Henrique cedido a um parceiro privado em regime de direito de superfície pelo prazo de trinta anos foram igualmente disponibilizados pelo Município no montante de 398.572 euros. Em 31 de Dezembro de 2012, os compromissos financeiros assumidos a este respeito são de 14.136.251 euros, sendo de capital de 6.943.395 euros e restante de juros e impostos durante 53 prestações semestrais, vencendo-se a última prestação em 2039.

9. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo de clientes e outras contas a receber resume-se como segue:

	2012	2011
Clientes		
Accionista	161.820	5.220
Outros	4.249	7.952
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	166.069	13.172
Outras contas a receber		
Pessoal	29	-
Processo judicial	20.082	20.082
Perdas por imparidade acumuladas	(20.082)	(20.082)
	29	-

O saldo de 161.820 euros devido ao acionista Câmara Municipal de Ponta Delgada corresponde à remuneração variável atribuída conforme mencionado na Nota 8.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2012		2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	1.337	-	2.045	-
Estimativa de IRC a pagar	-	6.794	(1.137)	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	774	-	-
Trabalho ijndependente	-	32	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	-	-	24.557	-
IVA - a pagar	-	12.966	-	-
Contribuições para a segurança social	-	3.774	-	-
Estado e outros entes públicos - Fusão	4.854	-	-	-
	6.191	24.340	25.465	-

A CIDADE EM ACÇÃO está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 17,5%. Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a CIDADE EM ACÇÃO está também sujeita à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Os impostos sobre o rendimento compreendem a estimativa de IRC a pagar de 6.794 euros e 1.137 euros em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica compreende:

	2012		2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Seguros liquidados	3.454	-	2.431	-
	3.454	-	2.431	-

12. Capital realizado e reservas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Em 26 de Março de 2012, foram aprovadas em Assembleia Geral as contas relativas ao exercício de 2011, sendo o resultado líquido apurado de 996 euros, que foram mantidos em Resultados transitado, deduzido de uma transferência para Reservas legais de 2.871 euros.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012, existia uma dívida com exigibilidade superior a um ano relacionada com o financiamento bancário que foi utilizado até ao montante máximo de 16.500.000 euros, vencendo juros à taxa anual Euribor de 6 meses, acrescida de uma margem de 1,75% pontos percentuais que será reembolsado em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais. As obrigações emergentes deste financiamento estão garantidas pela consignação de receitas que a acionista Câmara Municipal de Ponta Delgada irá pagar pela cessão de exploração ao Parque Urbano e de todas as infraestruturas conexas.

A classificação no passivo do financiamento bancário está baseada na sua exigibilidade contratual que resume-se como se segue (por anos):

Anos	Valor
2013	537.143
2014	587.143
2015	637.143
2016	687.143
2017 e seguintes	12.739.980
	15.188.551

Em 31 de Dezembro de 2012, existia um contrato de locação financeira, cujo saldo a pagar totalizava 16. 933 euros que será liquidado nos seguintes anos:

Anos	Capital	Juros
2013	7.948	743
2014	8.352	290
2015	633	3
	16.933	1.036

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
Fornecedores		
Outros	8.426	1.328
Outras contas a pagar		
Fornecedores de imobilizado	8.807	-
Remunerações a liquidar	12.676	9.112
Juros a liquidar	10.128	11.436
Outros	10.007	7.359
Valores a regularizar	1.103	650
	42.721	28.557

15. Vendas e serviços prestados

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o rédito reconhecido resulta de:

	2012	2011
Serviços de construção	-	-
Serviços de manutenção e operação	358.001	212.372
Recuperação de gastos	-	-
	358.001	212.372
Compensação financeira	542.405	565.707
	900.406	778.079

16. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	2012	2011
Trabalhos especializados	16.146	18.808
Honorários	1.441	1.382
Conservação e Reparação	88.925	30.089
Ferramentas e Utensilios de Desgaste Rápido	643	719
Electricidade	13.568	9.863
Combustiveis	8.907	6.864
Agua	1.723	373
Deslocações e Estadas	391	769
Outros	28.619	12.309
	160.362	81.175

17. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	2012	2011
Remunerações dos orgãos sociais	41.971	51.910
Remunerações do pessoal	86.764	58.864
Encargos sobre remunerações	26.776	22.365
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	932	916
Outros	1.508	1.450
	157.952	135.505

Em 31 de Dezembro de 2012, estavam onze trabalhadores ao serviço da CIDADE EM ACÇÃO (em 2011 - sete trabalhadores).

18. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos têm a seguinte composição:

	2012	2011
Rendimentos suplementares	6.912	17.022
Correcções relativas a exercícios anteriores	510	-
Outros	700	150
	8.123	17.172

19. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Impostos		
Directos	16.171	6.032
Indirectos	708	684
Taxas	174	203
	17.053	6.919
Outros	1.521	812
	18.573	7.731

20. Juros e gastos similares

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica resume-se como segue:

	2012	2011
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	490.423	528.158
De mora e compensatórios	240	1.706
Imposto selo sobre os juros	19.643	17.866
Outros		1
	510.306	547.731

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

UHY & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Av. Infante D. Henrique, 3 – 2º
9500 - 150 PONTA DELGADA
Telef.: 296 283 246
Fax.: 296 283 078
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web : www.uhy-portugal.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor accionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.** respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.

2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da CIDADE EM ACÇÃO tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.

3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da CIDADE EM ACÇÃO.

4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

5. As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais

6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

(a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, e

(b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 19 de Março de 2013

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

VIII - Certificação Legal de Contas

UHY & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Av. Infante D. Henrique, 3 – 2º
9500 - 150 PONTA DELGADA
Telef.: 296 283 246
Fax.: 296 283 078
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web : www.uhy-portugal.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de balanço de 15.459.367 euros e um total de capital próprio de 178.376 euros, incluindo um resultado líquido de 26.211 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são

adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o facto de que se procedeu à alteração da contabilização dos aspectos relacionados com a construção e administração do Parque Urbano. Assim, sendo um investimento financiado através de uma remuneração que garante os fluxos da actividade operacional e de financiamento que lhe estão associados e não variável com o

grau de utilização da infraestrutura pública, a Administração considerou que deveriam ser adoptadas, por analogia, as regras que se aplicam aos acordos de concessão de serviços e, como indicado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, está reconhecido com a natureza de direitos sobre um ativo financeiro.

Ponta Delgada, 19 de Março de 2013

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)